

# NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 03/Dez



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2237/2019



## BAHIA

### REUNIÃO SABADO(7) NO SINDICATO – SITUAÇÃO DO EMPREGO E DIREITOS COM A TROCA DE EMPRESA NO BRADESCO

#### COLEGAS SERGRUPRO X BRADESCO:



Num ambiente de luta pela defesa do emprego e contra os ataques aos nossos direitos e conquistas, o Sindicato chama os colegas Sergrupro para reunião geral. Vamos tratar da situação do emprego e direitos com a troca da Sergrupro pela Map no Bradesco.

O Sindicato já está conversando com as empresas e levará um balanço destas providencias aos colegas.

A luta é pelo emprego e pelos direitos. Todos presentes:

REUNIÃO GERAL DOS VIGILANTES  
S E R G U R P R O / B R A D E S C O  
SABADO, DIA 07, ÀS 09H30

NO SINDICATO – R. DO GRAVÁTÁ, 23 – NAZARÉ  
SINDVIGILANTES/BA

### AUDIENCIA NO MPT NESTA SEGUNDA, OUTRA DIA 09 E REUNIÃO NO SINDICATO DIA 06.

A própria Sevmax ou sevmata pediu uma audiência no Ministério Público do Trabalho – MPT para tratar do pagamento das rescisões de 37 colegas que atuou na Receita Federal do Brasil/Salvador pela empresa até ultimo dia 30/11.

O Sindicato foi convocado, compareceu sem saber do que se tratava, mas mesmo assim defendeu os direitos dos colegas. Mas a RFB não compareceu e nova audiência ficou remarcada para a próxima segunda-feira, dia 9, as 14h

Para conferir informações, valores e acertar os passos da luta pelos direitos com os colegas,

O Sindicato chama todos para uma reunião na próxima sexta-feira, dia 06, às 10h no Sindicato. Anote, agende-se e compareça.

#### É seu interesse:

• DIA 06/12 – SEXTA-FEIRA, 10H – NO SINDICATO

• DIA 09/12 – SEGUNDA-FEIRA, 14H – NO MPT

SINDVIGILANTES/BA

# Governo quer cobrar custas de ação judicial de quem perder causa contra o INSS

**Especialistas em Direito Previdenciário criticam o projeto que visa afastar a população de cobrar um direito na Justiça. Para o IBDP, a responsabilidade é do governo que tem rejeitado os pedidos dos segurados**



Jair Bolsonaro anunciou que vai enviar ao Congresso Nacional um Projeto de Lei (PL) para cobrar as despesas dos processos judiciais de trabalhadores e das trabalhadoras que perderem ações contra o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Só ficarão isentos da cobrança os trabalhadores que ganham até três salários mínimos (R\$ 2.994,00).

O governo alega que o objetivo é diminuir o

número de ações na Justiça - cerca de 15% dos benefícios pagos pelo INSS foram obtidos por via judicial.

A presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante, e o diretor da entidade, Diego Cherulli, criticam o projeto e afirmam que a judicialização só tem acontecido porque o governo tem diminuído o número de benefícios concedidos.

“Há um número excessivo de pedidos indeferidos não porque quem pede está errado, mas porque a máquina governamental é ineficiente. Só para dar um exemplo, o número de pedidos de benefícios negados para os rurais dobrou, de 30% subiu para 60%”, diz Bramante.

De acordo com Diego Cherulli, as leis que o governo propõe e vêm sendo aprovadas pelo Congresso Nacional, como a reforma da Previdência, que deixam brechas jurídicas para a população procurar seus direitos na Justiça, contribuem com a judicialização.

“O governo inventa a todo tempo reformas e modifica procedimentos do INSS, provocando conflitos, e a definição de uma situação, que seria meramente administrativa acaba na Justiça”.

O governo confunde o estabelecimento de um critério financeiro-monetário com o acesso gratuito à justiça, diz Diego que defende que “cada caso deve ser analisado de forma particular, como é hoje”.

Para o advogado, quando o governo propõe impedir o acesso à Justiça comete dupla punição ao segurado.

“A primeira punição é pela análise errônea que fez do direito do cidadão e a segunda, ao restringir e tentar impedir que ele busque o judiciário”, diz Cherulli.

“Esse projeto de lei vai acabar gerando uma inconstitucionalidade”, reforça a presidente do IBDP, Adriane Bramante.

Para ela, o governo também não está levando em conta que é um direito do cidadão ter Justiça gratuita, quando a pessoa informa que não tem condições de arcar com as custas do processo. Além disso, limitar a gratuidade a quem recebe

três salários mínimos não resolve o problema da judicialização. A advogada entende que o teto estipulado pelo governo é muito baixo, nem ao menos é o teto do INSS (R\$ 5.839,45).

“Se um trabalhador que ganha R\$ 3.100,00, não consegue receber o seguro-saúde, e a empresa não o aceita de volta alegando que ele ainda não tem condições de voltar ao trabalho, é um direito dele ter uma justiça gratuita. Essas pessoas são tão vulneráveis, que não têm condições de arcar com os custos da ação”, diz.

### **Governo não respeita separação de poderes**

Para o diretor do IBDP, Diego Cherulli, é preocupante o fato do governo não ter claro a separação de poderes, pois ele está interferindo em decisões judiciais que já foram favoráveis aos segurados do INSS.

“As leis estão sendo feitas para solucionar processos em favor da administração pública e reverter decisões da justiça a favor do segurado. Se o judiciário se pronuncia a favor do segurado, o governo não pode descontinuar essa decisão judicial. Isto é um desrespeito à separação dos poderes”, diz.

Ainda segundo o diretor do IBDP, há um golpe do Legislativo e do Executivo contra o poder Judiciário, e isto preocupa o IBDP em relação ao equilíbrio das normas e das relações jurídicas.

***O governo não respeita a separação de poderes que deve existir entre o Estado, o Legislativo e o Judiciário. Esses três poderes deveriam se respeitar mutuamente e funcionar cada um dentro de seus limites e de suas competências***

**- Diego Cherulli**

Fonte: CUT

# Equipe econômica de Bolsonaro e Guedes atua para privatizar Banco do Brasil

**Objetivo da MP 905 que instituiu a Carteira Verde e Amarela é estimular a contratação de jovens entre 18 e 29 anos. Para isso, isenta empresas e taxa seguro-desemprego**



Dando continuidade à política neoliberal, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe estão colocando em sua agenda a realização de um processo que pode levar à privatização do Banco do Brasil (BB)

247 - A privatização do Banco do Brasil é uma das metas do governo neoliberal de Jair Bolsonaro e pode ocorrer até o fim do mandato, em 2022.

O tema já é alvo de discussões dentro do governo, informa O Globo. “A privatização do BB chegou a ser abordada durante reunião do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o braço de privatizações do governo federal,

há duas semanas”, conforme reportagem publicada na edição desta terça-feira (3).

O presidente da instituição, Rubem Novaes, é um dos grandes defensores da medida dentro do governo. Ele já chegou a afirmar que a privatização do Banco do Brasil será inevitável.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já mandou emissários fazerem sondagens no Congresso Nacional para sentir a repercussão que as privatizações, entre elas a do Banco do Brasil, teriam no meio parlamentar.

Fonte: Brasil247

# Itaú fecha agência em Campos dos Goytacazes

**Banco lucrou R\$7,15 bilhões no primeiro semestre deste ano**



Para os banqueiros não há crise, mas isso não significa investimento em mais empregos, mais direitos e mais agências. Ao contrário. Mesmo tendo registrado um lucro de R\$ 7,15 bilhões no primeiro semestre deste ano, 11% a mais do que no mesmo período do ano passado, o Itaú segue promovendo desmonte, prejudicando trabalhadores e clientes. Na sexta-feira, 29, a agência 6865, no Centro de Campos dos Goytacazes (RJ), fechou as portas

Seus oito bancários foram transferidos para outras agências e o destino dos dois vigilantes e dois profissionais de limpeza ainda é incerto.

A agência funcionava na Rua dos Andradas, esquina com 21 de Abril. Ela existia há mais de 30 anos, quando ainda era posto pagador para aposentados do Banco Nacional. Depois o Nacional foi comprado pelo Unibanco e este pelo Itaú.

“Não são só os bancários e clientes que perdem, mas outros profissionais que atendiam a agência com serviços de manutenção, por exemplo. Não há justificativa para que os

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

bancos fechem agências porque nenhum banqueiro pode reclamar de falta de dinheiro”, disse o presidente do Sindicato dos Bancários de Campos dos Goytacazes e Região, Rafanele Alves Pereira.

O sindicato está acompanhando o processo de transferência dos bancários e bancárias que trabalhavam na agência 6865. A preocupação é que ocorra demissões pelo fato de aumentar o número de funcionários em outras agências, gerando sobreposição de funções.

## **Movimento**

Com a agência da Rua dos Andradas fechada, outras duas agências do Centro — a 0463 da Rua Santos Dumont e a 2997 da Avenida Sete de Setembro, no calçadão — ficaram lotadas na manhã desta segunda-feira, 2.

As filas que se formaram logo de manhã mostram os transtornos causados pelo banco aos clientes e a sobrecarga de trabalho imposta aos bancários e bancárias

Fonte: ContrafCUT

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF